



NOTA MENSAL de CONJUNTURA

Nº3 | MARÇO | 2021

Cofinanciado por:





UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

INDICADORES EM ANÁLISE

- 1. PREVISÕES ECONÓMICAS DO BANCO DE PORTUGAL**
- 2. FINANÇAS PÚBLICAS EM 2020**
 - 1) Saldo Orçamental
 - 2) Dívida Pública
- 2. TAXA DE INFLAÇÃO EM FEVEREIRO**
- 3. EMPREGO E DESEMPREGO EM JANEIRO**
 - 1) População Empregada
 - 2) População Desempregada
 - 3) Subutilização do trabalhos
- 4. DESEMPREGO REGISTADO EM FEVEREIRO**
- 5. SUBSIDIO DE DESEMPREGO EM FEVEREIRO**



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

1. PREVISÕES ECONÓMICAS DO BANCO DE PORTUGAL

Após um decréscimo do PIB de 7,6% em 2020, a economia portuguesa consolida em 2021 a trajectória de recuperação. Entre 2021 e 2023, o Banco de Portugal prevê crescimentos económicos de 3,9%, 5,2% e 2,4%, respectivamente. As perspetivas para a economia portuguesa continuam a ser influenciadas pela evolução da pandemia. A recuperação iniciada no segundo semestre de 2020 foi temporariamente interrompida, ainda que o impacto do actual confinamento seja inferior ao do segundo trimestre de 2020.

1. As previsões do Banco de Portugal para 2021 e 2023, face a Dezembro, mantiveram-se inalteradas, havendo uma **revisão em alta** de 0,7 p.p. em 2022. Entre 2021 e 2023, o Banco de Portugal espera **crescimentos económicos** de 3,9%, 5,2% e 2,4%, respectivamente.
2. A **inflação** (IHPC) mantém-se contida e mais moderada do que na área do euro, passando de -0,1% em 2020 para 0,7%, 0,9% e 1,0% ao longo da projecção.
3. De acordo com o Banco de Portugal, a retoma da actividade traduz-se numa **melhoria no mercado de trabalho**, com um crescimento médio do emprego de 0,8% em 2021-23 e uma redução da taxa de desemprego a partir de 2022. No final do horizonte, a taxa de desemprego deverá ser superior à observada em 2019, embora muito aquém da observada na crise de 2011-13. Apesar do impacto do segundo confinamento na economia portuguesa, o Banco de Portugal estima agora uma **taxa de desemprego** em 2021, 2022 e 2023 **mais baixa** do que tinha sido projectado anteriormente.

	Pesos 2020	BE março 2021			BE dezembro 2020				
		2020	2021 ^(*)	2022 ^(*)	2023 ^(*)	2020	2021 ^(*)	2022 ^(*)	2023 ^(*)
Produto interno bruto	100,0	-7,6	3,9	5,2	2,4	-8,1	3,9	4,5	2,4
Consumo privado	64,0	-5,9	2,0	4,8	2,3	-6,8	3,9	3,3	1,9
Consumo público	18,8	0,5	3,7	0,7	0,6	0,4	4,9	0,4	0,7
Formação bruta de capital fixo	19,0	-2,2	3,6	8,0	3,7	-2,8	4,4	5,2	2,0
Procura interna	102,0	-4,7	2,7	4,6	2,3	-5,6	3,9	3,1	1,8
Exportações	36,7	-18,6	13,7	11,5	5,3	-20,1	9,2	12,9	6,7
Importações	38,6	-12,0	10,2	9,9	5,0	-14,4	8,8	9,1	5,1
Contributo para o crescimento do PIB, líquido de importações (em pp) ^(*)									
Procura interna		-2,3	1,4	2,5	1,2	-2,6	2,6	1,5	0,8
Exportações		-5,2	2,5	2,7	1,2	-5,5	1,3	3,0	1,6
Exportações de bens		-0,7	1,7	0,3	0,2	-0,7	1,5	0,4	0,3
Exportações de serviços		-4,5	0,8	2,4	1,0	-4,8	-0,2	2,6	1,3
Emprego (número de indivíduos) ^(**)		-1,7	0,3	1,6	0,5	-2,3	0,0	1,3	0,9
Emprego (horas trabalhadas) ^(**)		-9,2	4,9	4,4	0,6	-10,8	7,3	2,9	0,9
Taxa de desemprego ^(**)		6,8	7,7	7,6	7,2	7,2	8,8	8,1	7,4
Balança corrente e de capital (% PIB)		0,1	1,5	2,8	2,9	-0,6	0,5	2,3	2,7
Balança de bens e serviços (% PIB)		-1,8	-0,9	0,0	0,2	-1,6	-1,9	-0,5	0,1
Índice harmonizado de preços no consumidor		-0,1	0,7	0,9	1,0	-0,2	0,3	0,9	1,1
Bens energéticos		-5,2	3,9	-0,4	-1,3	-5,3	-2,0	0,9	0,5
Excluindo bens energéticos		0,3	0,4	1,1	1,2	0,3	0,5	0,9	1,1

- A **taxa de desemprego** ficará nos 7,7% em 2021, 7,6% em 2022 e 7,2% em 2023 (-1,1p.p., -0,5 p.p e - 0,2p.p. do que tinha projectado anteriormente).
- A **população empregada** registará crescimentos de 0,3% em 2021, 1,6% em 2022 e 0,5% em 2023. Foram agora revistas em alta as previsões de crescimento do emprego para 2021 e 2022 (+0,3p.p. em cada ano) e em baixa a previsão para 2023 (-0,4p.p).

2. FINANÇAS PÚBLICAS EM 2020

1. SALDO ORÇAMENTAL

A pandemia COVID19 provocou um choque nas contas públicas portuguesas em 2020. Após em 2019 se ter atingido o primeiro excedente público em Portugal, a pandemia provocou uma deterioração significativa nas contas públicas. Em apenas um ano, o excedente orçamental (0,1% do PIB) transformou-se num **défice de 5,7% do PIB** (11.501,1 milhões de euros), valor que fica mais próximo do estimado no Orçamento Suplementar (6,3% do PIB) em Junho de 2020 do que o previsto no Orçamento do Estado para 2021 (7,3% do PIB), superando as previsões das outras instituições: a OCDE, o FMI, o Conselho das Finanças Públicas e a Comissão Europeia que apontavam todos para um défice orçamental acima de 7% do PIB em 2020.

O resultado agora indicado traduziu o comportamento do **mercado de trabalho**, que foi bastante mais favorável do que o previsto.

⇒ A manutenção dos níveis de emprego acima do esperado permitiu uma arrecadação de receita fiscal e contributiva também bastante superior ao previsto, em particular no que se refere à receita de IRS e IRC e das contribuições para a Segurança Social.



A **redução da receita** (-5%) - impacto da pandemia na economia, com decréscimo nas receitas do IVA e IRC - e o **acréscimo da despesa** (+7,8%) - medidas tomadas no âmbito do combate à pandemia COVID-19 - contribuíram para esta degradação do saldo orçamental em 2020.



Apesar de positivo, este valor não será o suficiente para cumprir a **meta prevista para 2021** (-4,3% do PIB), a qual deverá ser agravada, depois de uma segunda vaga da pandemia mais intensa do que se previa, com as respectivas medidas de confinamento associadas.

2. DIVIDA PÚBLICA

Portugal vai sair da actual crise ainda mais endividado, tendo atingido em 2020, o valor mais elevado de sempre de dívida pública. De acordo com a nota do Procedimento dos Défices Excessivos divulgada pelo INE, o rácio da dívida pública em relação ao PIB situou-se nos **133,6% em 2020**, aumentando face aos 116,8% registados em 2019.

Com a economia em quebra, seria expectável que o rácio da dívida pública em função do PIB também tenha disparado. Após uma redução entre 2016 e 2019, a dívida pública subiu para um máximo histórico, ainda assim, o valor atingido em 2020, situou-se abaixo de todas as previsões:

⇒ Recorde-se que a previsão do Governo para o rácio da dívida face ao PIB em 2020 era de 134,8%, enquanto os restantes organismos foram mais pessimistas: a Comissão Europeia apontava para os 135,1% do PIB, o FMI para os 137,2% e a OCDE para os 135,9%.



Para 2021, todas as previsões apontam para uma redução da dívida pública (130,9% do PIB), no entanto, com o intensificar da pandemia no início do ano é muito provável que as mesmas sejam revistas em baixa.

- Para um crescimento económico e sustentável no médio e longo prazo, é necessário que a dívida pública volte o quanto antes à trajetória de descida (em % do PIB) que existia antes da pandemia.



De acordo com a OCDE, “o apoio orçamental neste momento é significativo tanto na ajuda aos trabalhadores como no reforço do sector da saúde. Para evitar o descarrilamento da recuperação, o regresso à prudência orçamental deve acontecer apenas depois da recuperação económica estar plenamente encaminhada” - Economic Outlook, Dez. 2020.

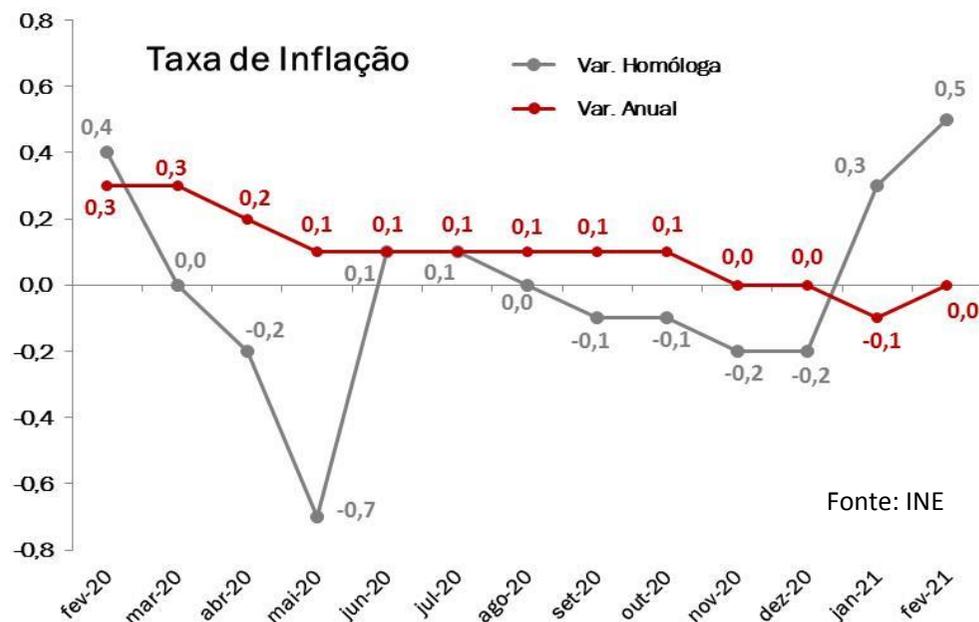
3. TAXA DE INFLAÇÃO EM FEVEREIRO

Em Fevereiro, a **variação média dos últimos doze meses** do Índice de Preços no Consumidor foi nula (-0,1% em Janeiro), devido a uma fraca variação (3,9%) dos produtos alimentares não transformados (4,0% em Janeiro), , enquanto o índice dos produtos energéticos apresentou uma variação de -6,0% (-5,6% no mês anterior).

A taxa de **variação mensal** do IPC foi de -0,5% (-0,3% no mês precedente e -0,6% em Fevereiro de 2020). Para esta variação mensal dos preços contribuíram a subida dos preços dos Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação, com uma variação mensal de 0,5% (-0,5% no mês anterior e 0,5% em Fevereiro de 2020). . Em relação às contribuições negativas, destaca-se a classe do Vestuário e calçado, com uma variação mensal de -6,5% (-14,1% no mês anterior e -5,6% em Fevereiro de 2020).

A **variação homóloga** do IPC foi 0,5% em Fevereiro de 2021, taxa superior em 0,2 pontos percentuais (p.p.) à registada no mês anterior.

Por classes de despesa e face ao mês precedente, é de destacar o aumento das taxas de variação homóloga das classes dos Transportes, das Comunicações e do Lazer, recreação e cultura, com variações de -0,7%, -0,5% e 0,1%, respectivamente (-1,9%, -1,2% e -0,5% no mês anterior).



Em sentido oposto assinala-se a diminuição das taxas de variação homóloga das classes do Vestuário e calçado e das Bebidas alcoólicas e tabaco, com variações de -2,4% e 0,5%, respectivamente (-1,5% e 1,0%, no mês anterior).



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

4. EMPREGO E DESEMPREGO EM JANEIRO

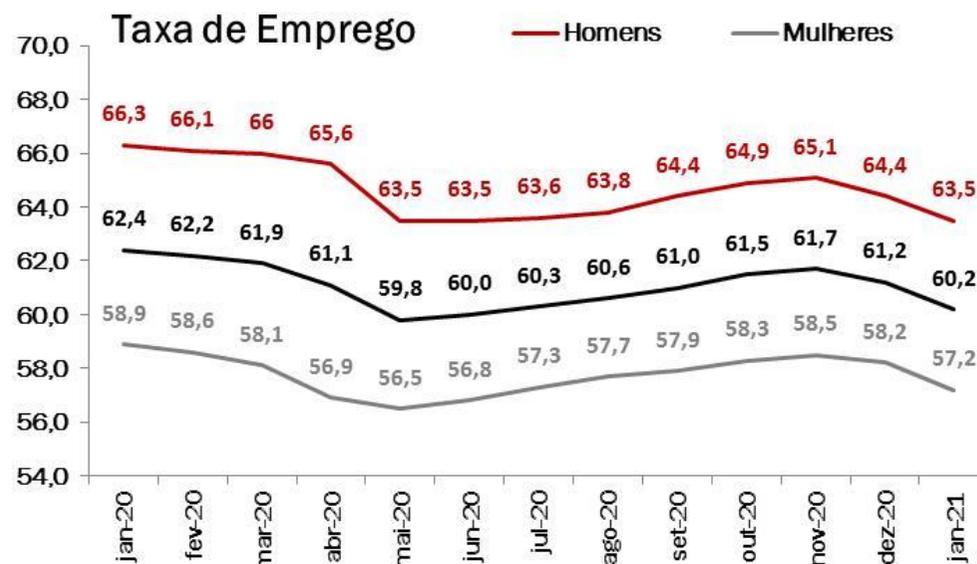
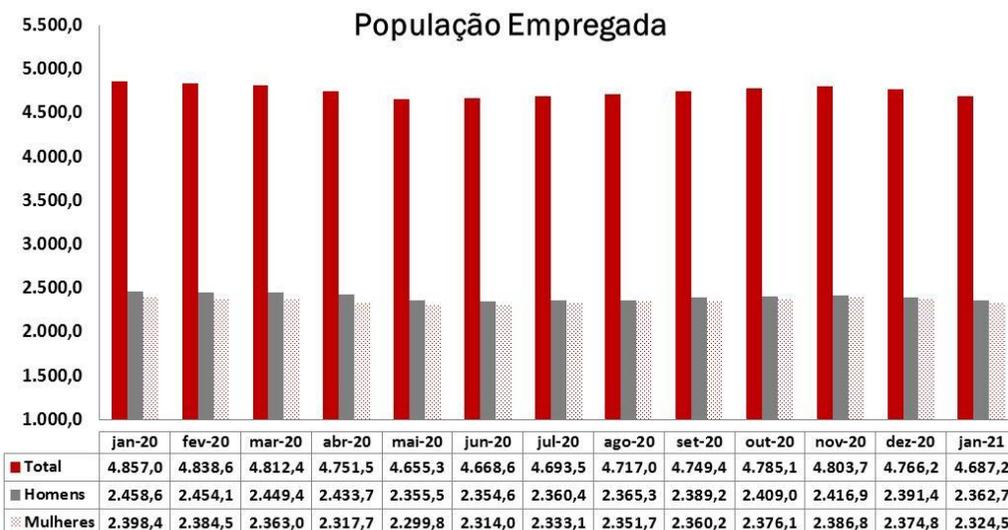
1. POPULAÇÃO EMPREGADA

Em Janeiro de 2021, a estimativa provisória da população empregada, que correspondeu a 4.687,2 mil pessoas, registou uma diminuição de 1,7%, (79,0 mil) em relação ao mês anterior e de 3,5% (169,8 mil) por comparação com um ano antes.

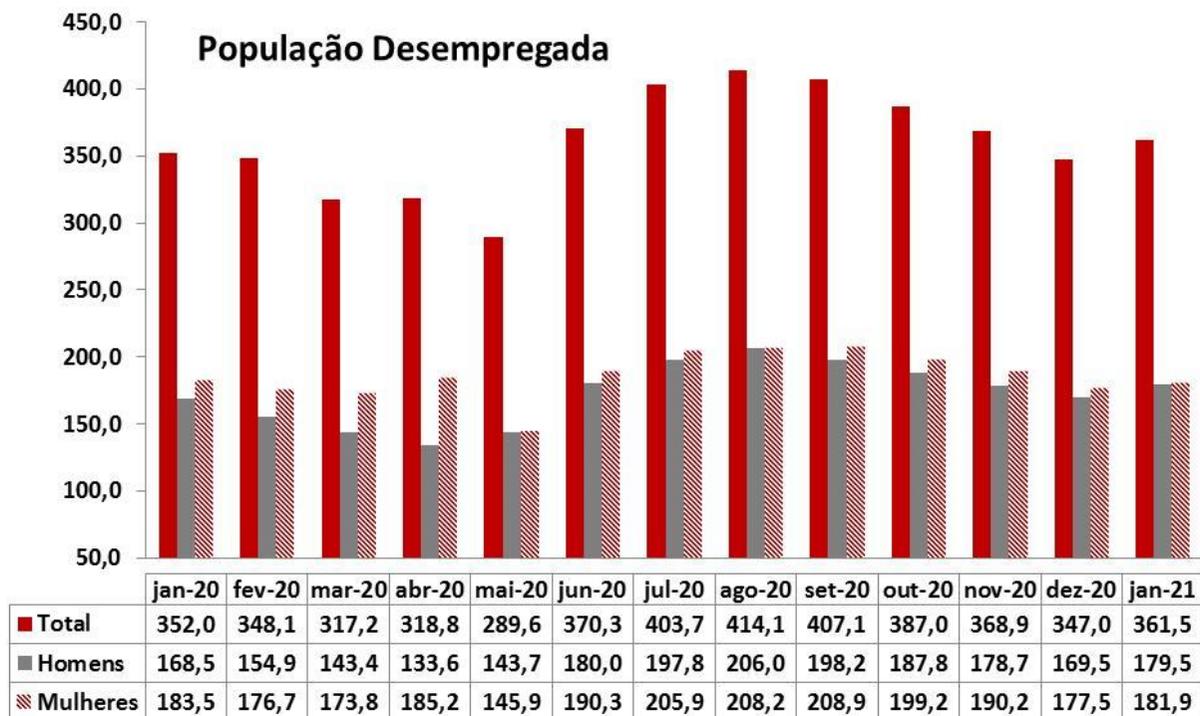
Esta diminuição da população empregada ficou a dever-se sobretudo aos homens, que registaram uma diminuição de 3,9% (-95,9 mil) face ao mesmo período do ano passado.

A maior quebra de emprego foi registada no grupo etário dos 15 aos 24 anos, o qual registou uma diminuição de 71 mil postos de trabalho (-23,7%), face a Janeiro de 2020.

A taxa de emprego situou-se em 60,2%, valor inferior em 1,0 p.p. ao do mês anterior e em 2,2 p.p. em relação ao período homólogo de 2020

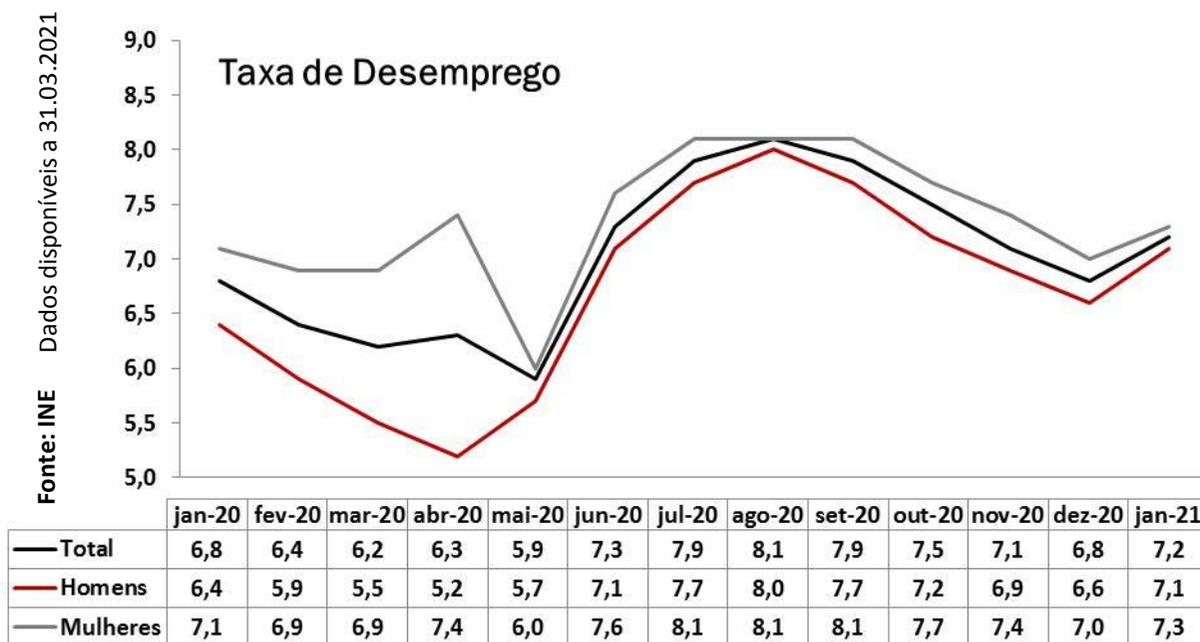


2. POPULAÇÃO DESEMPREGADA



Em Janeiro de 2021, a população desempregada - cuja estimativa provisória foi 361,5 mil pessoas - aumentou 4,2% (14,5 mil) em relação ao mês anterior e 2,7% (9,5 mil) por comparação com o período homólogo de 2020.

Este aumento da população desempregada ficou a dever-se sobretudo aos homens, que registaram um aumento de 6,5% (11 mil) face ao mesmo período do ano passado



Ainda em Janeiro de 2021, a taxa de desemprego foi 7,2%, valor superior em 0,4 p.p. tanto em relação ao do mês precedente, como ao de Janeiro de 2020.

A taxa de desemprego dos jovens foi estimada em 24,6%, a que corresponde um acréscimo de 0,9 p.p. relativamente à taxa de Dezembro de 2020.

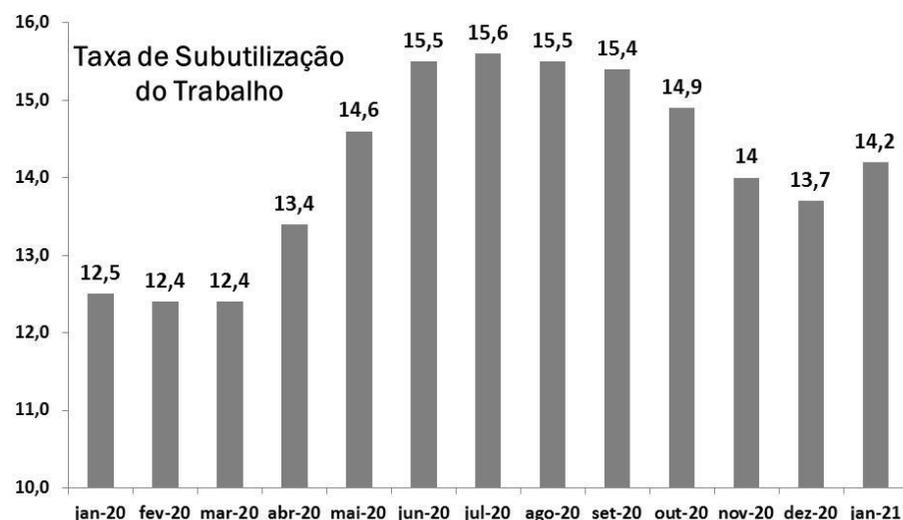
3. SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO

A subutilização do trabalho (que inclui a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inactivos à procura de emprego mas não disponíveis para trabalhar e os inactivos disponíveis mas que não procuram emprego), em Janeiro de 2021, situou-se em 748,8 mil pessoas, o que correspondeu a um aumento de 1,9% (14,2 mil) em relação à estimativa de Dezembro de 2020 e de 11,8% (79,2 mil) relativamente à de Janeiro de 2020.

A população desempregada é o indicador com maior peso (48,3%) no total da subutilização do trabalho, seguido dos inactivos disponíveis mas que não procuram emprego (27,9%), os quais registaram a maior subida de todos os indicadores, relativamente a Janeiro de 2021 (+45,8%; +65,6mil).

Valores ajustados de sazonalidade	jan-20	fev-20	mar-20	abr-20	mai-20	jun-20	jul-20	ago-20	set-19	out-19	nov-19	dez-19	jan-21 (p)			
	Milhares de pessoas												Milhares de pessoas	Em % do Total	Var. Hom. Anual	
															Nº	(%)
Subutilização do trabalho (15 a 74 anos)	669,6	665,1	663,6	713,8	772,1	828,8	836,3	832,4	828,9	803,8	755,9	734,6	748,8	100,0%	79,2	11,8%
População desempregada	352,0	331,6	317,2	318,8	289,6	370,3	403,7	414,1	407,1	387,0	368,9	347,0	361,5	48,3%	9,5	2,7%
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	149,9	149,3	144,1	136,9	133,0	150,9	169,8	174,8	181,1	176,0	160,8	148,5	144,7	19,3%	-5,2	-3,5%
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	24,5	21,6	19,7	23,0	23,3	21,6	15,6	17,9	21,8	23,5	22,5	28,5	34,0	4,5%	9,5	38,8%
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	143,1	162,7	182,6	235,1	326,3	286,1	247,1	225,6	218,9	217,4	203,8	210,6	208,7	27,9%	65,6	45,8%

Fonte: INE



A taxa de subutilização do trabalho tem vindo a diminuir desde Agosto de 2020, depois de ter atingido um pico de 15,6% no mês de Julho.

Em Janeiro de 2021, a taxa de subutilização do trabalho voltou a subir atingindo os 14,2%, tendo aumentado 0,5 p.p. em relação ao mês anterior e 1,7 p.p. por comparação com o mês homólogo de 2020.

Dados disponíveis a 31.03.2021

Fonte: INE



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

Nota Mensal de Conjuntura

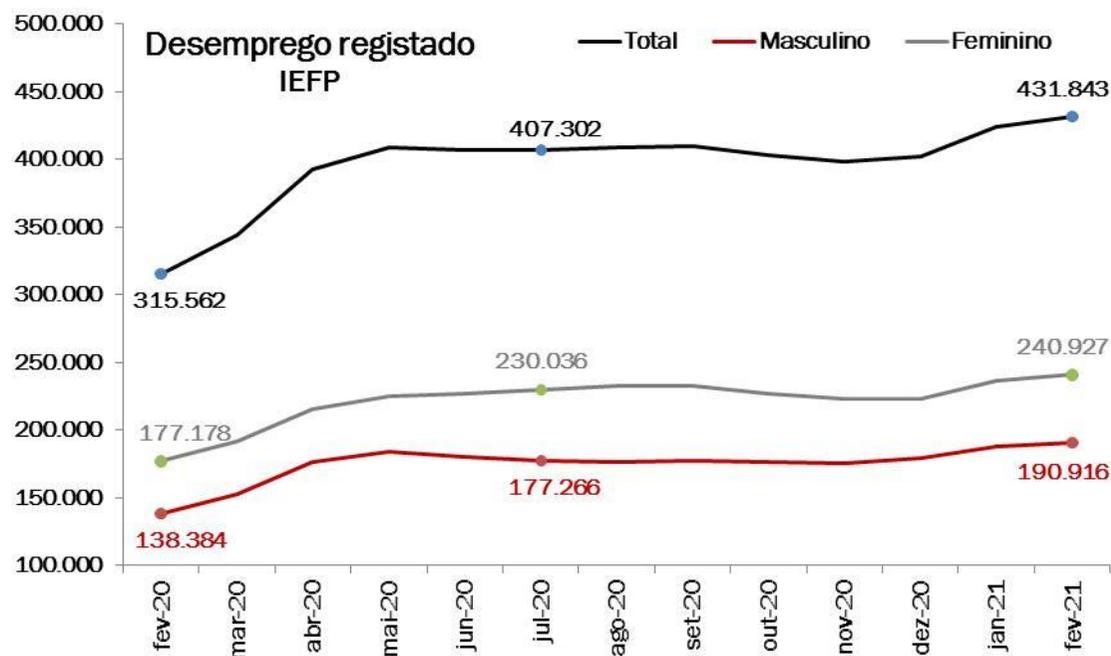
5. DESEMPREGO REGISTRADO EM FEVEREIRO

No final do mês de Fevereiro de 2021, estavam inscritos nos Centros de Emprego 431.843 indivíduos, o que corresponde a uma variação homóloga de 36,8% (116.281 pessoas) e a uma variação mensal de 1,8% (7.484 pessoas). Para o aumento do desemprego registado, face ao mês homólogo de 2020, contribuíram todos os grupos de desempregados, com destaque para:

- os homens (+ 38%; + 52.532), apesar das mulheres continuarem a representar a maioria dos desempregados inscritos (55,8%)
- os inscritos há menos de um ano (+40,1%; +76.172)
- os que procuravam novo emprego (+38,9%; +111.379)
- os que possuem como habilitação escolar o secundário (+49,2%; +44.861)

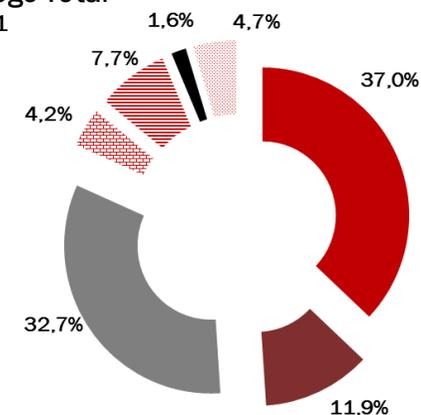
A nível regional, no mês de Fevereiro de 2021, o desemprego registado aumentou em todas as regiões do País. Os aumentos mais significativos foram observados no Algarve(+74,4%), Lisboa e Vale do Tejo (+52,9%) e na Região Autónoma da Madeira (+30,4%).

A região Norte e a região de Lisboa são as que detêm o maior número de desempregados inscritos nos centros de emprego (69,8%).



Em % do Desemprego Total
Fevereiro 2021

- Norte
- Centro
- Lisboa V. Tejo
- Alentejo
- Algarve
- Açores
- Madeira



Fonte: IIEFP



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

Motivos de inscrição ao longo do mês

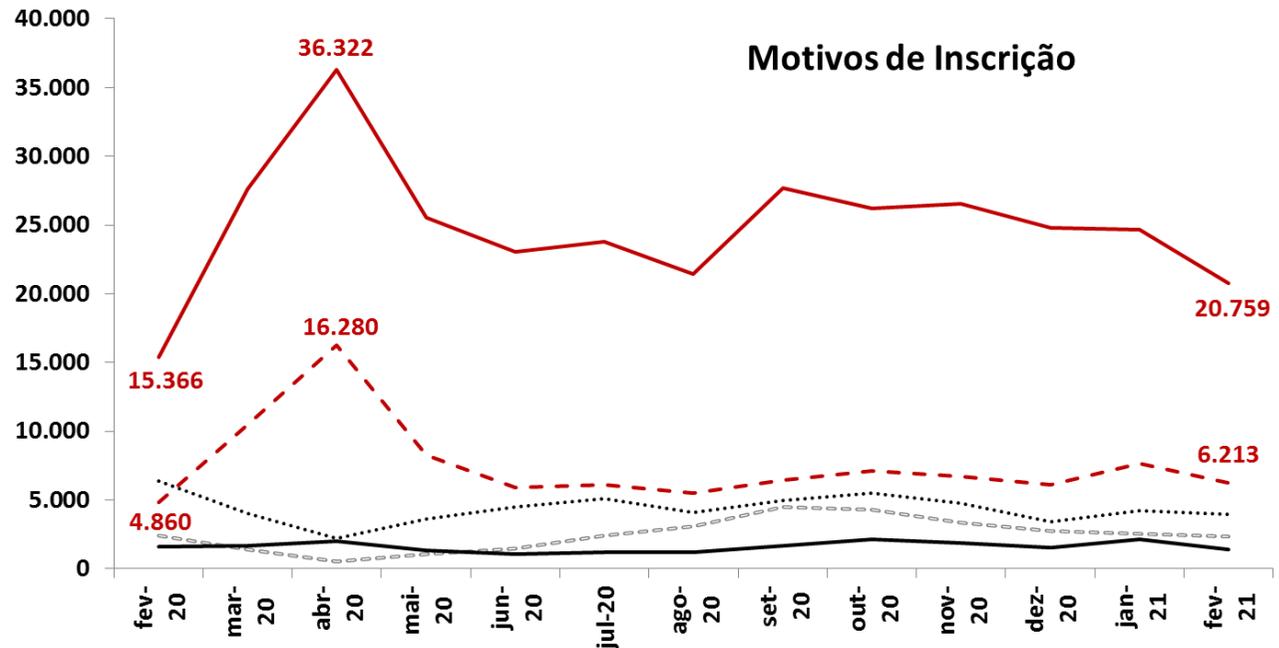
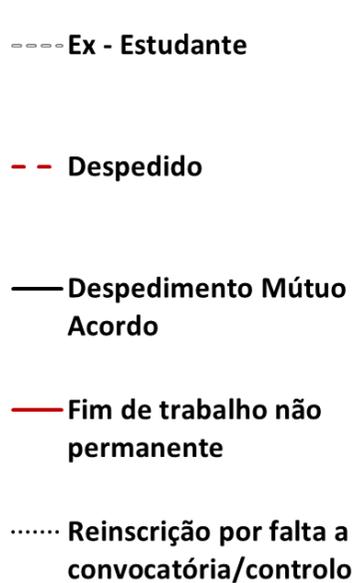
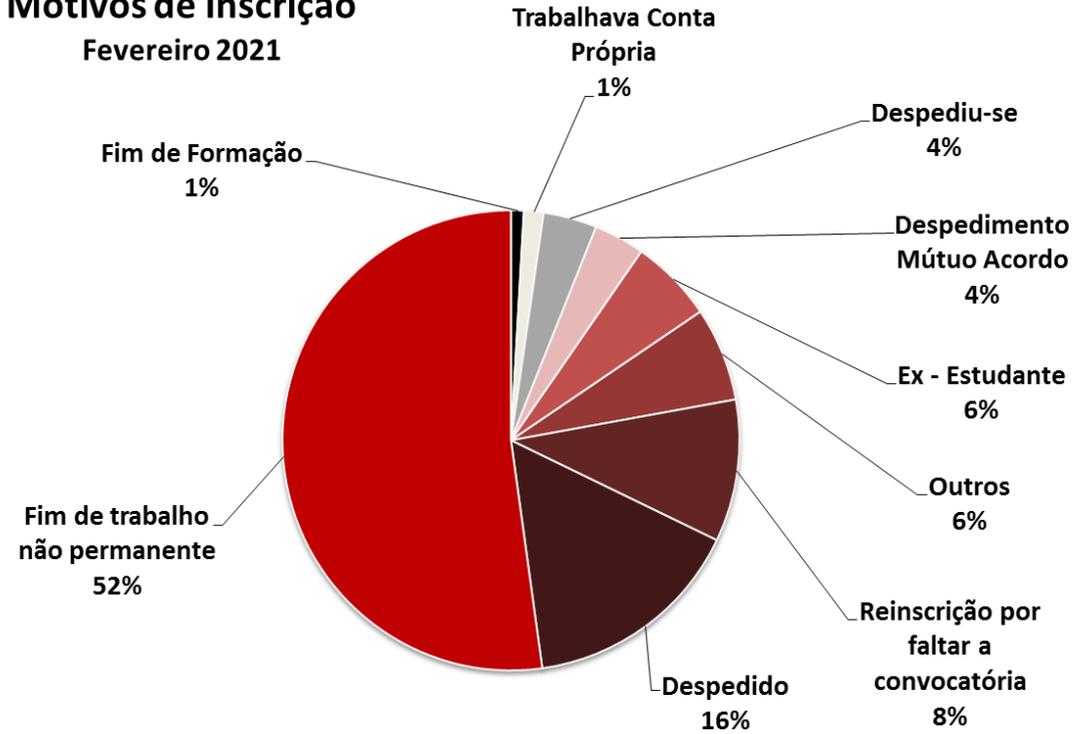
Ao longo do mês de Fevereiro, o principal motivo de inscrição nos centros de emprego foi o *fim do trabalho não permanente* (52%).

Sendo também este, o motivo que registou o maior aumento, face ao mesmo mês do ano anterior (+35,1%; +5.393), seguido do Despedido (+ 27,8%; +1.353).

Ambos os motivos atingiram um pico no mês de Abril de 2020, com o início do 1º estado de emergência, que ditou o encerramento temporário de várias empresas.

Motivos de Inscrição

Fevereiro 2021





UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

6. SUBSIDIO DE DESEMPREGO

Em Fevereiro de 2021 registaram-se 241.683 prestações de desemprego, revelando um decréscimo de 1,4% (-3.375) face ao mês anterior e um forte acréscimo de 35,9% (63.839) tendo em conta Fevereiro de 2020.

De acordo com o MTSSS, este número não inclui as prorrogações desta prestação social - medida adoptada no âmbito do combate ao impacto da pandemia de Covid-19.

Continua a registar-se uma **descida no peso de desempregados com subsidio de desemprego** no total dos desempregados inscritos, passando de 62,9% para 60,8% em Fevereiro.

Esta é uma situação preocupante, uma vez que aumenta a percentagem, já significativa, de desempregados que não têm acesso a esta prestação social (39,2%; 156.148), agravando as situações de pobreza e exclusão social.

Em Fevereiro, registou-se um **aumento do valor médio** das prestações de desemprego para **509,41€** por beneficiário (+2,7%; + 13,5€), face ao mês anterior.

Ainda assim, este valor fica abaixo do valor do SMN (665€) e ligeiramente acima valor do limiar da pobreza (501,16€).

